

# ASPECTOS DA QUESTÃO DA CAUSALIDADE EM KANT<sup>1</sup>

*Paulo R. Margutti Pinto<sup>2</sup>*

## I - INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é tentar mostrar que, no racionalismo, apesar de estarem envolvidos princípios inteiramente opostos aos do empirismo, a crítica de Hume à causalidade constitui uma dificuldade efetiva. Isto ocorre por duas razões. Primeiro, porque me parece que seria possível traduzir a crítica de Hume para uma linguagem aceita por boa parte dos filósofos de tendências racionalistas, estando Kant incluído entre eles. Segundo, porque a crítica traduzida para uma linguagem racionalista também não parece ter uma solução satisfatória.

Se isto fôr verdade, então, a título de corolário, a crítica humeana poderia ser considerada como constituindo, de algum modo, uma parte independente de seu sistema e tal fato explicaria o seu sucesso entre os filósofos das mais variadas procedências. Além disso, as considerações envolvidas poderiam contribuir para aumentar aquilo que considero uma saudável desconfiança com relação à tendência da Filosofia Moderna em buscar fundamentações últimas de caráter metafísico.

Para atingir os objetivos acima, adotarei as seguintes etapas. Em primeiro lugar, mostrarei que a crítica empirista de Hume à causalidade pode ser expressa numa linguagem de tipo racionalista que seria aceitável para Kant. O resultado disso será a formulação da crítica humeana em termos racionalistas. Em segundo, farei uma exposição da solução kantiana ao problema levantado por Hume e devidamente traduzido para o racionalismo.

---

<sup>1</sup> Publicado em Síntese Nova Fase. , v.27, p.17 - 32, 2000.

<sup>2</sup> Departamento de Filosofia da UFMG.

Para tanto, considerarei um problema específico: como se dá a transmissão de movimento no universo físico. Em terceiro, farei uma avaliação da solução kantiana para verificar se ela resolve efetivamente ou não a dificuldade levantada por Hume. Em quarto e último lugar, apresentarei as conclusões que podem ser extraídas depois de realizado todo o percurso acima.

## II - TRADUÇÃO DA CRÍTICA DE HUME À CAUSALIDADE PARA UMA LINGUAGEM RACIONALISTA

Nesta seção, tentarei expor a crítica de Hume ao princípio de causalidade numa linguagem que seria aceitável pela maioria dos filósofos racionalistas. Para tanto, utilizarei as quatro teses humeanas que constituem tal crítica e que já considerei num artigo anterior<sup>3</sup>. Tentarei agora traduzi-las e adaptá-las para uma linguagem de tipo racionalista.

1ª Tese Humeana: Todas as percepções da mente podem ser divididas em duas classes, a saber, as idéias, que são menos poderosas e vívidas, e as impressões, que são mais poderosas e vívidas (Hume 1777: 18). A correspondente 1ª Tese Racionalista pode ser assim formulada: Todas as percepções da mente podem ser divididas em duas classes, a saber, as idéias, que são abstratas e universais, e as impressões, que são concretas e particulares.

2ª Tese Humeana: Todas as nossas idéias ou percepções mais fracas são cópias de nossas impressões ou percepções mais vívidas (id.: 19). A segunda tese nos leva àquilo que denominei a 'regra do polegar' do empirismo humeano: se suspeitarmos que um termo filosófico está sendo empregado sem qualquer significado, teremos apenas que perguntar pela impressão da qual derivou aquela suposta idéia (id.: 22). Traduzindo-a e adaptando-a, obteremos a correspondente 2ª Tese Racionalista: Todas as nossas idéias surgem a partir do

---

<sup>3</sup> "Aspectos da Crítica de Hume ao princípio de causalidade", pp. 53-4. In: Carvalho, M. C. M. (Org.). A filosofia Analítica no Brasil. Campinas, Papirus, pp. 51-68.

exercício da nossa razão. Em outras palavras, as leis do pensamento são a priori e possuem validade universal. Isto nos leva à correspondente 'regra do polegar' do racionalismo: se suspeitarmos que um dado termo filosófico está sendo empregado sem efetivamente corresponder a uma idéia, teremos apenas que perguntar pelo princípio racional de que aquela idéia supostamente expressa pelo termo em questão teria derivado.

A 3ª Tese Humeana divide-se em duas. 1ª Parte: O poder criativo de nossa mente reduz-se a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos são fornecidos pela experiência dos sentidos (id.: 19); 2ª Parte: só há três princípios de conexão entre idéias, a saber, Semelhança, Contiguidade e Causalidade (id.: 24). Uma vez realizada a tradução e a adaptação, teremos a correspondente 3ª Tese Racionalista, cuja 1ª Parte reza: O poder criativo de nossa mente consiste na faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos são fornecidos em última instância pela própria razão. Já a 2ª Parte nos diz que, dentre os diversos princípios racionais de conexão entre idéias, citam-se a semelhança, a contiguidade e a causalidade.

A 4ª Tese Humeana também se subdivide em duas. 1ª: Todos os objetos da razão humana podem ser divididos em duas espécies, as Relações de Idéias e as Questões de Fato (id.: 25); 2ª Parte: As Relações de Idéias são descobertas pela mera operação do pensamento, sem depender do que esteja em qualquer lugar no universo, enquanto as Questões de Fato estão fundadas na relação de Causalidade (id.: 25-6). A correspondente 4ª Tese Racionalista afirma o seguinte: 1ª Parte: Todos os objetos da razão humana podem ser divididos em duas espécies, a saber, relações entre idéias e questões de fato; 2ª Parte: as relações entre idéias são descobertas pela mera operação do pensamento com base no princípio de não contradição, sem depender do que esteja em qualquer lugar no universo, enquanto as questões de fato dependem dos dados fornecidos pelas nossas impressões e estão em grande parte fundadas na relação de causalidade.

Parece-me plausível afirmar que as teses acima, depois de convenientemente traduzidas para a terminologia de cada um, seriam aceitas pela maior parte dos filósofos

racionalistas. Com efeito, elas colocam a razão<sup>4</sup> como a fonte primordial do conhecimento. Embora não neguem a existência de impressões, elas colocam as idéias como mais importantes na constituição do conhecimento: as impressões servem no máximo para despertar a razão, cujo funcionamento autônomo é capaz de atingir as idéias. Assim, a autenticidade de uma idéia depende do princípio racional de que ela derivou. Quando impressões estão envolvidas na formação de idéias, as primeiras fornecem, no máximo, pistas para que a razão forme as últimas. Não é outro o sentido do famoso trecho em que Descartes discute o 'pedaço de cera' na Segunda Meditação (Descartes 1641: 96 ss.). Ali, o pensador francês procura mostrar como é possível, pelo puro exercício da razão, ultrapassar a diversidade das impressões envolvidas e constatar que o pedaço de cera é uma substância extensa. As teses também enfatizam o poder criativo da razão, que possui diversos princípios de conexão entre idéias, entre os quais se inclui a causalidade. Os objetos da razão humana podem, assim, ser divididos em relações de idéias e questões de fato. As primeiras são *a priori* e as últimas, *a posteriori*. Não é outro o sentido da distinção leibniziana entre verdades 'de direito' e 'de fato'.

Ora, as teses acima coadunam muito bem com a filosofia kantiana. Com efeito, se traduzirmos 'impressões', 'idéias', 'relações de idéias' e 'questões de fato' respectivamente por 'intuições', 'conceitos puros do entendimento', 'juízos analíticos' e 'juízos sintéticos', transformaremos as quatro teses e seu comentário no parágrafo anterior numa declaração de princípios da kantismo. Isto me permite incluir Kant entre os racionalistas que admitiriam as teses acima descritas.

Uma vez estabelecidos estes fatos, podemos verificar em que consistiria, na perspectiva do racionalismo, a crítica ao princípio de causalidade aplicado às questões de fato. As teses nos mostram que boa parte dos raciocínios relativos a questões de fato estão fundados na relação de Causa e Efeito. Entretanto, a 2ª Tese Racionalista afirma que causas e efeitos são descobertos pela razão, e não pela experiência. Em outras palavras, o conhecimento desta relação é inteiramente obtido por meio da atividade autônoma da razão

---

<sup>4</sup> A palavra 'razão' está sendo empregada aqui, não no sentido kantiano, que opõe a 'razão' ao 'entendimento', mas no sentido lato de 'faculdade racional do ser humano'.

que, para obtê-lo, ultrapassa a diversidade dos dados fornecidos pela experiência. Desse modo, não há, em última instância, qualquer impressão da qual derive a relação causal. A inferência que vai da proposição que afirma que 'tal objeto sempre foi observado com tal efeito' para a proposição que afirma que 'outros objetos, aparentemente similares àquele, serão observados com os mesmos efeitos' não se funda em qualquer impressão. Portanto, apesar de racionalmente estruturadas, as inferências causais obtidas a partir da experiência não têm qualquer fundamento nos fatos. O problema do filósofo racionalista é, então, o seguinte: se a relação causal existe, mas não tem base empírica, como é possível fundamentá-la apenas na razão?

É claro que, na perspectiva racionalista, tais inferências podem ser consideradas efeitos de alguma atividade de conexão pertencente ao próprio sujeito. De conformidade com a crítica de Hume, essa atividade poderia ser entendida como articulação de causas e efeitos pelo *hábito*, uma atividade psicológica do sujeito prático que, se não é puramente racional, pelo menos caracteriza a maneira como é possível articular causas e efeitos mesmo sem encontrar um fundamento para tanto na experiência dos sentidos. Essa explicação constitui uma formulação, em termos racionalistas, da crítica humeana ao princípio de causalidade aplicado às Relações de Fatos.

Levando em conta que o próprio Kant afirma que Hume o despertou de seu "sono dogmático", parece-me bastante razoável supor que a crítica acima pode ser formulada em termos kantianos e, neste formato, constitui um desafio para o filósofo alemão. De fato, sabemos que, em Kant, os juízos científicos envolvendo o princípio de causalidade são sintéticos a priori. Isto significa que, por um lado, eles contém elementos provenientes da experiência (são sintéticos) e, por outro, também contém elementos provenientes da nossa faculdade racional (são a priori). De acordo com o espírito da filosofia de Hume, a construção destes juízos é tal que a parte proveniente da nossa faculdade racional, ao ser acoplada à parte proveniente da experiência, não encontra qualquer fundamento nesta última para a ela ser acoplada. Desse modo, não haveria qualquer intuição sensível da qual derivasse a relação causal. Não havendo tal base empírica, os juízos sintéticos a priori envolvendo o princípio de causalidade seriam, em última instância, falácias do tipo *post*

*hoc, ergo propter hoc*. Finalmente, não havendo maneira adequada de justificar a aplicação racional do princípio de causalidade à experiência, teríamos de contentar-nos com uma ligação dos fenômenos por intermédio do hábito. Como responde Kant a esta crítica? É o que veremos na próxima seção, quando consideraremos o caso particular da transmissão do movimento no universo físico.

### III - A SOLUÇÃO KANTIANA À CRÍTICA DE HUME NO CASO DA TRANSMISSÃO DE MOVIMENTO NO UNIVERSO FÍSICO

Para efeito de facilitar o nosso raciocínio, consideremos agora como Kant explicaria, com base em sua filosofia transcendental, a solução dada pela física newtoniana à seguinte questão: movimentando-se numa superfície plana, uma bola de bilhar 'A', de massa ' $m_1$ ' e velocidade ' $v_1$ ', choca-se com uma outra bola 'B', de massa ' $m_2$ ', que se move com velocidade ' $v_2$ '; após o choque, as velocidades de 'A' e 'B' se alteram, sendo agora expressas respectivamente por ' $v'_1$ ' e ' $v'_2$ '. De acordo com a física newtoniana, a quantidade de movimento *antes* do choque é calculada pela expressão ' $m_1v_1 + m_2v_2$ ' e equivale à quantidade de movimento *depois* do choque, que se calcula pela expressão ' $m_1v_1 + m_2v_2$ '; a igualdade representada por ' $m_1v_1 + m_2v_2 = m_1v'_1 + m_2v'_2$ ' é uma relação *necessária* que expressa os efeitos da interação de 'A' e 'B' por ocasião do choque. De acordo com a versão racionalista da crítica de Hume, porém, a igualdade acima não é necessária e nem pode expressar os efeitos da interação das duas bolas de bilhar, já que a única garantia da mesma é a percepção de uma sucessão contingente de impressões relativas ao que ocorreu *antes* e *depois* do choque; tal sucessão contingente de impressões é articulada, não pelo sujeito cognoscente - que não existe - , mas pelo sujeito prático, que utiliza o hábito para tanto. Assim, não há uma atividade racional mais elevada que possa dar estatuto científico à igualdade considerada.

Vejamos que resposta daria Kant a Hume, no sentido de atribuir um papel fundamental ao sujeito cognoscente na solução deste problema. Deixando de lado uma série

de pormenores, podemos dizer que seus principais resultados podem ser resumidos da seguinte maneira.

Tomemos inicialmente o nível da sensibilidade. Para simplificar, reduzamos o campo da percepção à superfície plana e às duas bolas. Neste nível, não há ainda objetos constituídos como tais, mas apenas qualidades sensíveis distribuídas numa configuração espacio-temporal. De acordo com Kant, as qualidades sensíveis relativas aos objetos considerados são inicialmente organizadas pela intuição pura do espaço a cada instante. Essa organização, contudo, possui caráter fragmentário, pois apenas nos dá uma determinada distribuição espacial de qualidades sensíveis num dado instante de tempo. É a intuição pura do tempo que organiza as distribuições espaciais de qualidades sensíveis em uma sucessão temporal das mesmas. Para ilustrar, poderíamos comparar a experiência sensível a uma película cinematográfica. Nesta perspectiva, a tarefa realizada pela intuição pura do espaço corresponderia a um simples fotograma; a tarefa realizada pela intuição pura do tempo, a uma sucessão de fotogramas, representando uma determinada sequência temporal de eventos. Essa nova organização temporal ainda é fragmentária, pois apenas nos fornece uma distribuição temporal de distribuições espaciais. Assim, a nível da sensibilidade, apesar das qualidades sensíveis já se encontrarem organizadas no espaço e no tempo, falta ainda o arremate representado pela atividade racional de um sujeito cognoscente que é capaz de reconhecer objetos no interior dessa organização.

Passemos então ao nível do entendimento. Até agora, conforme foi dito, a superfície plana, as bolas em movimento e seu choque correspondem a um conjunto de intuições sensíveis organizadas pelas intuições puras do espaço e do tempo. Para serem constituídas como um conjunto de objetos determinados numa situação determinada, estas intuições devem ser subsumidas pelas categorias. Assim, para que possamos atribuir uma relação causal ao fenômeno do choque entre as bolas sobre a superfície plana, é preciso, primeiramente, que sejamos capazes de reconhecer as bolas 'A' e 'B' e a superfície como objetos determinados, ou seja, como substâncias. Para tanto, teremos que ser capazes de aplicar a categoria de substância às intuições sensíveis correspondentes. Isso deverá ser feito pela mediação do esquema da categoria de substância, que consiste numa dada

determinação do tempo: a permanência (id.: 106). Dessa forma, na medida em que podemos imaginar as bolas e a superfície plana de conformidade com o esquema da permanência no tempo, então poderemos aplicar-lhes a categoria de substância. Se podemos, por exemplo, através da nossa faculdade da imaginação, construir a imagem da bola 'A' de acordo com o método de construir uma imagem com base na determinação da permanência no tempo, então podemos aplicar a ela a categoria de substância. O mesmo vale para a bola 'B' e a superfície plana. Da mesma forma, e seguindo procedimentos análogos, podemos construir os conceitos de 'massa' e 'velocidade' de cada uma das bolas, entendidas como propriedades (acidentes) das mesmas.

A aplicação da categoria de substância aos objetos envolvidos pelo choque acima considerado é feita de conformidade com a regra das analogias da experiência, cuja formulação geral é a seguinte: "a experiência só é possível mediante a representação de uma conexão necessária das percepções" (id.: 122). No caso do choque das bolas, isto significa que a construção da experiência relativa a este choque se dá através da representação da substancialidade das bolas como conectando necessariamente as percepções correspondentes. A regra acima é geral e regula a aplicação de todas as categorias da relação, a saber: substância e acidente, causa e efeito, ação recíproca. A regra específica para que a categoria de substância seja aplicada é a 'primeira analogia' ou 'princípio da permanência da substância', que Kant formula assim: "em toda a variação dos fenômenos, permanece a substância, e o quantum da mesma não é nem aumentado nem diminuído na natureza" (id.: 124). É graças a ela que, apesar do choque das bolas envolver uma multiplicidade de variações fenomênicas, o entendimento pode dizer que a substância de cada bola permaneceu inalterada.

Uma vez reconhecidas as bolas como substâncias, podemos agora aplicar a categoria de causalidade ao choque de ambas. Esta categoria também é aplicada de conformidade com a regra geral das analogias da experiência, cuja formulação foi mencionada acima. Do ponto de vista da experiência do choque das bolas, contudo, a representação da conexão necessária das percepções vai ser agora constituída pela causalidade. Isto é possível mediante o apelo à regra específica que Kant chama de



'segunda analogia' ou 'princípio da sucessão temporal segundo a lei da causalidade': "todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito" (id.: 128). Aqui, as duas bolas se moviam com velocidades determinadas sobre a superfície plana e, depois do choque, tiveram estas velocidades alteradas. De acordo com a segunda analogia da experiência, as alterações das respectivas velocidades ocorreram *depois do choque*, e, portanto, *foram causadas por ele*.

Como se pode ver, as categorias de substância e causalidade, uma vez aplicadas ao diverso da intuição sensível, ajudam a construir o fenômeno do choque das duas bolas sobre a superfície plana e o tornam objetivo. Neste sentido, as categorias constituem leis necessárias do nosso aparelho cognitivo, leis estas capazes de submeter o diverso da intuição a leis bem determinadas.

Todavia, é importante observar que o fenômeno do choque das bolas foi construído como experiência de um sujeito determinado. E isto nos leva ao papel desempenhado pela unidade sintética da apercepção na construção do choque das bolas como relação causal. Já sabemos que, a nível da sensibilidade, as múltiplas intuições concernentes ao choque das duas bolas são organizadas pelas intuições puras do espaço e do tempo; a nível do entendimento, tais intuições são organizadas pela unidade sintética da apercepção. Assim, enquanto dadas, as diversas representações daquelas intuições estão submetidas às condições a priori do espaço e do tempo; enquanto passíveis de serem ligadas numa consciência, tais representações estão submetidas às condições a priori da unidade sintética da apercepção (id.: 86). Segundo Kant, toda ligação feita por meio das categorias pressupõe uma ligação anterior, aquela representada pela unidade do sujeito que efetua as ligações. Esta última acompanha todas as representações do sujeito e faz com que elas sejam representações de um mesmo sujeito. A síntese do múltiplo dado na intuição só é possível pela consciência desta síntese, à qual Kant chamou de 'unidade sintética da apercepção' (id.: 85). Dessa forma, o fenômeno do choque das duas bolas de bilhar sobre uma superfície plana surge, finalmente, como experiência de um sujeito cognoscente determinado, como *minha* experiência.

Em resumo, a solução kantiana ao problema considerado elimina a mera conexão pelo hábito e enfatiza o papel do sujeito cognoscente. De um lado, temos os dados brutos da intuição sensível, que podem ser comparados a u'a massa disforme. De outro, temos o sujeito cognoscente, cujo aparelho cognitivo pode ser comparado a uma forma sem conteúdo. Do confronto dos dois, surge o fenômeno, aqui representado pelo choque das bolas. Na verdade, sem o aparato acima descrito, o sujeito não conseguiria construir um conhecimento objetivo daquele choque. E é importante lembrar que todo esse aparato se localiza no nível transcendental. Em outras palavras, apesar de constituir a condição de possibilidade da nossa experiência do fenômeno considerado, o funcionamento desse aparato não é algo que está imediatamente dado na própria experiência, devendo ser recuperado por meio da análise. Assim, todo o processo de constituição da experiência do choque das bolas, apesar possuir prioridade lógica com relação essa experiência, tem de ser desvendado por um processo de análise transcendental que é posterior à própria experiência. Assim, o sujeito cognoscente impõe uma ordem ao diverso da intuição e, ao analisar o fenômeno por ele construído, descobre a sua própria ordem de sujeito cognoscente no fenômeno estudado.

A solução kantiana à crítica de Hume é, sem dúvida, fascinante. Resta saber até que ponto ela é satisfatória. É o que será considerado na próxima seção.

#### IV - AVALIAÇÃO GERAL DA SOLUÇÃO KANTIANA À CRÍTICA DE HUME À CAUSALIDADE

Como vimos até agora, Kant pode concluir, contra Hume, que todas as inferências causais obtidas a partir da experiência são efeitos não do hábito, mas da aplicação de funções racionais de síntese ao diverso da intuição. Assim, embora receba da intuição sensível o material a partir do qual será construída a relação causal entre dois fenômenos, a razão humana constrói tal relação através da aplicação, à intuição sensível, de um princípio racional a priori. O juízo causal é, ao mesmo tempo, sintético e a priori.

Como se pode ver, esta resposta parece procurar levar em conta o ponto crucial da crítica humeana traduzida para a linguagem racionalista de tipo kantiano, a saber: o sujeito pensante só tem acesso às suas percepções imediatas, e estas constituem fatos singulares e independentes entre si, não fornecendo qualquer base empírica para a aplicação do princípio de causalidade. Para resolver esta dificuldade, Kant avança a hipótese de que o sujeito pensante constrói o mundo dos fenômenos a partir da aplicação de princípios racionais à priori às impressões singulares. Temos, assim, uma solução de compromisso, em que o conhecimento causal surge como uma síntese, em que as percepções imediatas são organizadas pelos princípios racionais à priori do sujeito.

Se levarmos em conta as enormes dificuldades enfrentadas pela filosofia de Hume, a solução kantiana parece oferecer-nos uma alternativa mais adequada. Com efeito, sabemos que a crítica à causalidade e o consequente apelo ao hábito pressupõem a existência e a identidade de um sujeito cognoscente, já que a ligação de duas impressões sucessivas, seja por meio da relação de causa e efeito, seja pelo hábito, só pode ser feita por este sujeito. Todavia, Hume faz também uma crítica do sujeito cognoscente, a qual, se correta, torna a sua crítica ao princípio de causalidade desprovida de sentido, uma vez que ela só se aplica quando existe um sujeito capaz de efetuar a articulação das impressões sucessivas<sup>5</sup>. Isto nos leva a concluir que a crítica humeana à causalidade só é eficaz quando se admite a existência e a identidade do sujeito cognoscente. É apenas neste caso que a conexão causal de dois fenômenos em sucessão temporal pode ser efetuada. Como Kant admite um tal sujeito, ele não cai na mesma aporia que Hume, embora tenha de enfrentar a crítica deste último à causalidade. Além disso, Kant parece oferecer uma resposta razoável a esta crítica.

Todavia, se levarmos a análise um pouco mais adiante, veremos que tal não é o caso. De fato, o significado básico da crítica de Hume para o filósofo racionalista está em que a conexão causal efetuada pelo sujeito cognoscente ao deparar com duas impressões sucessivas não tem, em última instância, um fundamento adequado. Em outras palavras, as

impressões sucessivas não fornecem a impressão de uma conexão causal entre elas, o que torna a atribuição de uma relação causal entre tais impressões pela razão humana algo inteiramente artificial: a relação causal é um princípio racional, mas torna-se sem razão ao ser aplicada a essas impressões sem estar fundada nelas. É isso que torna a atribuição de uma relação causal entre duas impressões sucessivas uma falácia do tipo *post hoc, ergo propter hoc*.

Para enfrentar essa dificuldade, Kant localiza a atividade organizadora do sujeito cognoscente no nível transcendental, fazendo de todo o aparato que começa com as intuições puras do espaço e do tempo, passa pelos esquemas e categorias e chega à unidade sintética da apercepção um veículo para a construção do conhecimento. Esta solução, contudo, consiste num *mero deslocamento do problema para o nível transcendental*. Isto porque, a rigor, o que permite a construção do juízo sintético a priori acerca da relação causal é basicamente a parte a priori da nossa sensibilidade e do nosso entendimento. O diverso da intuição só pode constituir a matéria de um juízo causal depois de ter sido organizado pelas intuições puras do espaço e do tempo, e enquadrado pelos conceitos puros do entendimento, através dos esquemas da imaginação. Em outras palavras, é verdade que o juízo causal surge a partir de uma articulação entre matéria (intuição) e forma (conceito). Mas é também verdade que a matéria em questão nada mais é do que u'a massa amorfa que é moldada pela parte a priori do nosso aparelho cognitivo e que não oferece, ela própria, qualquer fundamento para essa moldagem. Do ponto de vista da relação causal envolvida, o juízo produzido é mais a priori do que sintético.

Em que pese todo o fascínio da solução kantiana, não há nada que nos autorize a dizer que uma ligação de impressões sucessivas, quando realizada por funções de síntese localizadas a nível transcendental, é mais fundamentada do que uma ligação dessas impressões a nível do sujeito empírico. Em outras palavras, mesmo constituindo condição de possibilidade de todo o nosso conhecimento, o sujeito transcendental kantiano não consegue ligar eficazmente aquilo que o sujeito pensante dos seus predecessores racionalistas já não tinha condições de ligar. Deslocando o problema para o nível

---

<sup>5</sup> Cf. meu texto "Aspectos da Crítica de Hume à Causalidade". In: op. cit., pp. 55-65.

transcendental, o máximo que Kant consegue é transformar a falácia envolvida pela crítica de Hume numa *falácia transcendental*: a aplicação da categoria de causalidade a intuições sucessivas não tem qualquer fundamento no conteúdo das intuições mesmas; ela constitui, antes de mais nada, uma imposição que as intuições puras da sensibilidade e as categorias a priori do entendimento fazem a tal conteúdo. Na verdade, o que fundamenta a aplicação da categoria de causalidade é uma determinação do tempo, que já é, ele mesmo, uma intuição pura do sujeito que organiza o material intuído de acordo com suas próprias conveniências de sujeito cognoscente. A aplicação da categoria de causalidade é, em última análise, unilateral, pois só encontra seu fundamento no próprio sujeito e não no conteúdo efetivo das impressões singulares que constituem as percepções desse sujeito. Sendo unilateral, a aplicação poderia ser arbitrária e deformar completamente o conteúdo das impressões envolvidas. Assim, não há como justificar a aplicação de princípios racionais a uma realidade que, apesar de moldada por tais princípios a nível transcendental, não nos diz em que medida ela concorda ou não com os mesmos.

A verdadeira natureza dos conteúdos das nossas intuições constitui, para nós, uma mera hipótese: estritamente falando, jamais teremos acesso a ela. Poderemos, no máximo, efetuar generalizações, conformando-nos com o fato de que, para fundamentá-las, só nos resta afirmar que temos o poder de efetuar tais generalizações. Em última análise, as inferências causais, através das quais tentamos prever os futuros eventos, constituem inevitáveis saltos no escuro. Retomando a imagem de Hume que compara o sujeito a um teatro, podemos dizer que, em Kant, há um palco que garante a estrutura e a continuidade da peça teatral; mas esta última é tal que nada sabemos a respeito dos atores envolvidos.

Se a avaliação que acabo de fazer tem fundamento, fica claro que, mesmo no caso do sistema kantiano, a crítica de Hume ainda não encontra resposta satisfatória. Apesar de pertencer ao nível transcendental, o princípio de causalidade não possui qualquer fundamento no domínio dos fatos do mundo exterior: retornando à terminologia de Hume, ele constitui uma relação entre idéias que não pode basear-se numa questão de fato. Assim, Kant se encontra diante de uma nova aporia, tão difícil de resolver quanto aquela que enchia de perplexidade o empirista Hume. Por um lado, o mundo é constituído por um

conjunto de percepções logicamente articuladas por um sujeito pensante. Desse ponto de vista, as coisas são o que são em virtude da ação cognitiva deste sujeito pensante, que as estrutura como objetos e as organiza no interior do mundo sensível. Aqui, Kant segue a orientação geral do racionalismo, expressa pela análise cartesiana do 'pedaço de cera'. Por outro lado, não há nada, nas percepções assim organizadas, que justifique a organização que lhes é dada pelo sujeito. É certo que, conforme diz Kant, o sujeito se reconhece no fenômeno porque impôs sua organização cognitiva ao mesmo. Mas esta organização não encontra fundamento no conteúdo último da intuição sensível, que só fornece a matéria do conhecimento; ela constitui a forma que provém do próprio sujeito cognoscente e, como tal, é artificial e injustificada. O sujeito se reencontra no mundo, mas no *seu mundo*, e não no mundo real, a respeito do qual nada pode dizer. Aqui, em que pese o brilhante apelo ao aparato cognitivo de caráter transcendental, Kant esbarra irremediavelmente com a mesma questão insolúvel que todo filósofo racionalista tem de enfrentar a partir da crítica de Hume: se a relação causal, enquanto questão de fato, não é dada pela intuição sensível, então sua afirmação pelo sujeito cognoscente não passa de uma falácia.

As considerações acima envolvem uma complicação maior e extremamente importante, já que o sujeito pensante só tem acesso às suas percepções das coisas, e não às coisas em si mesmas. Para mostrar como concebe este aspecto crucial do nosso conhecimento, Kant faz a famosa distinção entre 'fenômeno' e 'coisa em si'. Na realidade, tal distinção já estava prevista na própria organização geral do modelo kantiano do conhecimento, através da definição do entendimento como 'espontaneidade' e da sensibilidade como 'passividade'. Se esta última é passiva, ela pressupõe a existência de algo que seja capaz de afetá-la. Este algo é a coisa em si. Segundo Jones, Kant vacila entre duas maneiras diferentes de concebê-la: em alguns momentos, ele a entende a-criticamente como uma espécie de substância que exerceria uma ação causal sobre nossa sensibilidade; em outros, ele a entende criticamente como um *conceito limite*, cuja função seria restringir as pretensões da sensibilidade, mostrando as suas fronteiras. No primeiro caso, teríamos uma clara extrapolação das categorias de substância e causalidade, já que as mesmas estariam sendo aplicadas a algo para além das intuições sensíveis. No segundo, teríamos uma concepção de 'coisa em si' que seria consistente com a atitude crítica preconizada por

Kant (Jones 1975: 63-4). Parece-me que o primeiro caso efetivamente constitui uma clara extrapolação do uso das categorias mencionadas. Mas não me parece que o segundo caso, apesar de corresponder a uma interpretação mais rigorosa dos princípios do kantismo, constitua uma alternativa melhor. De fato, apesar de somente termos acesso ao mundo dos fenômenos, a definição de sensibilidade como passividade exige que se postule a existência, para além da intuição sensível, de algo que seja capaz de *afetar* esta sensibilidade. Assim, mesmo enquanto conceito limite, a própria definição de 'coisa em si' envolve sutilmente a pressuposição de alguma forma de causalidade para além da dimensão fenomênica. E esta forma de causalidade, mesmo entendida como um novo conceito limite, só pode ser coexistir com os demais conceitos kantianos de maneira bastante desajeitada. Na estruturação de seu sistema, Kant parece ter apelado, de maneira implícita e injustificada, a um conceito metafísico de causalidade que não encontra guarida no próprio sistema. Se levarmos em conta que a definição de sensibilidade como passividade é fundamental para a construção do sistema, fica evidenciado o alcance da dificuldade levantada.

No caso do choque das bolas sobre uma superfície plana, o resultado final da aplicação das categorias de substância e causalidade, através dos princípios e esquemas adequados, às qualidades sensíveis correspondentes, pode ser ilustrado da seguinte maneira: a rigor, não há qualquer fundamento exterior ao sujeito, nestas qualidades, para a aplicação das categorias citadas. Esta aplicação constitui uma *imposição arbitrária* do sujeito cognoscente, a partir da qual impressões independentes são articuladas de modo a produzirem a percepção de bolas se chocando. Considerar uma parte do feixe de impressões envolvido como a substância representada pela bola 'A', p. ex., constitui aquilo que poderíamos denominar a 'falácia da substancialidade'.

Neste caso, os princípios do entendimento e os esquemas correlatos, que fundamentam a aplicação das categorias de substância e causalidade, apenas constituem formulações das regras gerais que seguimos para a construção das falácias correspondentes. Assim, o princípio das analogias da experiência nos diz que só há experiência do choque das bolas quando representamos uma conexão necessária das percepções envolvidas. A

primeira analogia da experiência constitui a regra específica para a construção da falácia da substancialidade, já que estipula as condições sob as quais a categoria de substância pode ser aplicada ("em toda a variação dos fenômenos, permanece a substância"). Essa regra é aplicada através do esquema da permanência. A segunda analogia da experiência constitui a regra específica para a construção da falácia *post hoc, ergo propter hoc*, uma vez que estipula as condições sob as quais a categoria de causalidade pode ser aplicada ("todas as mudanças acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito"). Essa regra é aplicada através do esquema da sucessão.

Não podemos esquecer que o fenômeno do choque das bolas foi construído como experiência de um sujeito determinado. Isto significa que as qualidades sensíveis envolvidas nem sequer a unidade de um sujeito cognoscente são capazes de fundamentar. O trabalho todo foi realizado pela unidade sintética da apercepção. Isto, porém, revela que a construção do sujeito empírico também constitui uma nova versão da falácia da substancialidade. Realmente, não há qualquer impressão que fundamente a ligação de dois feixes de impressões espacio-temporais sucessivas como pertencendo a um mesmo sujeito.

Como se pode ver, em nenhum momento as razões pelas quais as categorias em questão são aplicadas foram extraídas do material *a posteriori* proveniente das qualidades sensíveis que elas organizam. Apesar de pertencerem à dimensão transcendental das condições a priori de possibilidade de efetuação das conexões substanciais e causais, o fundamento das categorias se encontra nelas mesmas. No final das contas, isto nos coloca na seguinte situação. Por um lado, temos o conteúdo *a posteriori* das qualidades sensíveis, que se revela absolutamente caótico. Por outro, temos um sujeito transcendental cujo aparato cognitivo organiza o material proveniente destas qualidades sensíveis de acordo com as leis dele próprio. O resultado é a construção falaciosa de um mundo *deste sujeito e para este sujeito*. A relação entre esta construção do sujeito e o mundo real, localizado, como conceito limite, para além desta construção, é absolutamente incognoscível. Desse modo, estamos destinados à eterna ignorância sobre o que se esconde por trás do fenômeno do choque de duas simples bolas numa superfície plana.



Vale a pena perguntar, neste ponto, da mesma forma que fiz no caso de Hume<sup>6</sup>, pelas causas teóricas da dificuldade de Kant. Aqui também, parece que as quatro teses traduzidas para uma linguagem racionalista envolvem o quadro conceitual formado pela conjunção dos princípios da imanência da consciência e do atomismo psicológico. Como bom cartesiano, Kant considera que só temos acesso a nossas percepções imediatas. Essas percepções, contudo, são inteiramente independentes umas das outras e exigem um sujeito cognoscente que seja capaz de articulá-las sob a forma de uma experiência do mundo. A idéia deste sujeito cognoscente é obtida a partir do apelo a princípios puramente racionais que estabelecem a necessidade de um eu capaz de unificar as percepções sucessivas para que possa haver uma experiência do mundo. Mas o dualismo entre o sujeito cognoscente e as percepções que ele unifica faz com que a experiência do mundo se reduza, em última instância, a uma criação do sujeito cognoscente. E este último não tem elementos para decidir o quão arbitrária ou o quão adequada ela é. Em outras palavras, é certo que o eu unifica as percepções e constrói o mundo. Contudo, jamais saberemos qual a relação entre o mundo assim construído e o mundo real, conceito limite que postula uma localização para além das percepções unificadas pelo eu. Assim, se a aplicação do princípio de causalidade pode ter algum valor cognitivo no mundo das percepções organizadas pelo eu, este valor é nulo no mundo das coisas reais, cuja verdadeira natureza desconhecemos. Ficamos, pois, na desagradável situação de ter que admitir que não possuímos os meios para decidir se nossas aplicações do princípio de causalidade às impressões constituem um delírio da racionalidade subjetiva ou uma efetiva forma de conhecimento<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. "Aspectos da Crítica de Hume à Causalidade". In: op. cit., pp. 64-5.

<sup>7</sup> A explicação kantiana da causalidade exige mais esclarecimentos que talvez envolvam outras dificuldades, das quais não poderei tratar por falta de espaço. Dentre elas, destacam-se:

1) Já que a categoria da causalidade é aplicada de acordo com o esquema da sucessão temporal, como poderemos distinguir um caso envolvendo mera sucessão no tempo de um caso envolvendo causalidade efetiva? Por exemplo, após o choque das duas bolas, por coincidência, um despertador colocado perto delas começa a tocar. Que mecanismos seriam necessários para explicar que a mudança do movimento das bolas resulta do choque, mas não o toque do despertador?

2) Em conexão com o problema anterior, como explicar a possibilidade do nosso aparelho cognitivo de caráter transcendental cometer um erro na construção da relação causal? Por exemplo, uma tribo de índios, diante do fenômeno apavorante e desconhecido de um eclipse total do sol, poderia lançar flechas na direção do astro até que o eclipse terminasse. Do ponto de vista do aparato transcendental destes índios, que não deveria ser diferente do nosso, isto possibilitaria a aplicação da categoria de causalidade para estabelecer uma relação causal entre o fenômeno de lançar as flechas e o da reaparição gradativa do sol. Ora, isto seria uma falácia. Como distinguir a atribuição falaciosa da autêntica?

## V - OBSERVAÇÕES FINAIS

Como afirmei em outro lugar, Hume se envolve numa aporia, ao postular inicialmente um sujeito cognoscente para fazer sua crítica à causalidade e ao rejeitar, em seguida, a existência do próprio sujeito cognoscente<sup>8</sup>. Todavia, pelo fato mesmo de postular um sujeito cognoscente, a crítica humeana pode ser formulada adequadamente em linguagem kantiana. Diferentemente de Hume, Kant não tem problemas em admitir a existência de um sujeito pensante capaz de fazer as conexões entre os fenômenos. Assim, sua dificuldade é aparentemente menor do que a do pensador escocês, pois Kant tem apenas que explicar como é possível ao sujeito fazer a conexão causal, enquanto o filósofo empirista tem de explicar, antes disso, como é possível um sujeito que possa fazer a conexão causal. Mas a nova aporia que Kant tem de enfrentar não é menor por causa disso, já que a crítica humeana traduzida para a sua linguagem mostra com clareza que o sujeito cognoscente é, em última instância, incapaz de fazer, de maneira satisfatória, uma conexão causal entre os fenômenos. Esse último ponto constitui um real problema para Kant.

A análise feita mostra que a solução kantiana está aberta a dificuldades semelhantes às que apontei num estudo de problema análogo em Descartes<sup>9</sup>. Suas causas se encontram na adoção simultânea dos princípios da imanência da consciência e do atomismo psicológico. De acordo com o primeiro deles, só temos acesso às nossas percepções das coisas, e não às coisas mesmas. De acordo com o segundo, as percepções das coisas se constituem de sensações inteiramente independentes umas das outras. Desse modo, o

---

3) Apesar da filosofia kantiana tentar explicar como se estabelece a relação causal no caso do choque das duas bolas, é digno de nota que a fórmula adotada em física para expressar a conservação da quantidade de movimento *não faz referência ao próprio choque*. De fato, o primeiro termo da equação considerada nos dá a quantidade de movimento *antes* do choque e o segundo termo, a quantidade de movimento *depois* do choque. A complexidade do choque das bolas e das possíveis interações causais entre elas são deixados de lado na análise do problema. Não indicaria isto que, pelo menos neste caso, aquilo que a filosofia kantiana tenta fundar seria, no fundo, dispensável para a consideração puramente física da questão?

<sup>8</sup> "Aspectos da Crítica de Hume à Causalidade". In: op. cit., pp 61-3.

fundamento das conexões entre essas sensações independentes ou átomos de percepção não provém delas mesmas. Sua origem deve provir de um princípio que lhes é exterior, como, p. ex., a razão. Mas tal princípio, justamente por ser-lhes exterior, só pode unificá-las de acordo com leis que lhes são também exteriores. Assim, a dificuldade de Descartes e Kant é, no fundo, a mesma. A diferença está em que, para o primeiro, ela se localiza a nível do eu empírico, enquanto, para o segundo, ela foi deslocada para o nível transcendental. Em virtude disso, a explicação de Kant se reduz a mostrar como um juízo causal se reduz a uma falácia transcendentemente construída, ao passo que a explicação cartesiana, embora também envolva uma falácia, não a localiza no nível transcendental. A situação se agrava mais ainda em Kant, contudo, já que o filósofo alemão precisa postular a 'coisa em si' como conceito limite capaz de contrabalançar a passividade da nossa sensibilidade. A 'coisa em si', apesar de não podermos conhecê-la, constitui um postulado indispensável do kantismo, pois é ela que 'dispara' a nossa faculdade cognitiva para que possamos construir os fenômenos da percepção. Na realidade, postulá-las a qualquer título constitui um abuso na aplicação da categoria de causalidade, porque tal categoria só pode ser aplicada ao domínio das intuições sensíveis e as coisas em si mesmas pertencem a um outro domínio. Dessa forma, a física constituiria uma espécie de delírio de nossa razão, que, impossibilitada de atingir a verdadeira realidade, construiria uma realidade vicária para uso próprio.

Esta situação foi muito bem sintetizada por Nietzsche nas suas "Considerações Extemporâneas":

Mas tão logo Kant comece a exercer um efeito popular, nós o perceberemos na forma de um corrosivo e demolidor ceticismo e relativismo; e somente nos espíritos mais ativos e mais nobres, que nunca aguentaram permanecer na dúvida, apareceria, no lugar dela, aquele abalo e desespero de toda verdade, que foi vivido, por exemplo, por Heinrich von Kleist, como efeito da filosofia kantiana. “Há pouco”, escreve ele, certa vez, a seu modo cativante, “travei conhecimento com a filosofia kantiana, e agora tenho de comunicar-te um pensamento tirado dela, pois não posso temer que ele te abalará tão profunda, tão dolorosamente quanto a mim. - **Não podemos decidir se aquilo que denominamos verdade é verdadeiramente verdade ou se apenas nos parece assim.** Se é este último, então a verdade que

---

<sup>9</sup> "Sobre uma incompatibilidade conceitual congênita relativa à causalidade no sistema cartesiano". Síntese Nova Fase, vol. 22, nº 69 (1955), pp. 207-24.

juntamos aqui não é mais nada depois da morte e todo esforço para adquirir um bem que nos siga até mesmo no túmulo é vão. - Se a ponta desse pensamento não atinge teu coração, não sorrias de um outro que se sente profundamente ferido por ele, em seu íntimo mais sagrado. Meu único, meu supremo alvo foi a pique, e não tenho mais nenhum” (Nietzsche 1873-4 - Considerações Extemporâneas, p. 71; grifo meu).

Espero que estas considerações contribuam para aumentar a suspeita de que o equívoco fundamental da Filosofia Moderna consistiu em buscar uma fundamentação última de caráter metafísico para a forma revolucionária de conhecimento representada pela física de Galileu. A constatação básica que me faz supor a existência de tal equívoco possui dois aspectos fundamentais. Por um lado, o novo tipo de conhecimento proporcionado por esta física se baseia numa forma especial de interação entre a teoria e os fatos, interação esta que obedece a uma lógica peculiar e inteiramente desligada de considerações ligadas à fundamentação última. Por outro lado, este novo tipo de conhecimento tem progredido independentemente do debate em torno da sua fundamentação metafísica última. Deste ponto de vista, a história das idéias tem apresentado, *grosso modo*, duas vertentes que correm paralelamente: uma delas é representada pela nova física e a outra, pela filosofia que tenta fundá-la. Das duas, pelo menos a primeira tem avançado de maneira independente, e sua evolução tem até mesmo criado novos problemas para a segunda<sup>10</sup>. A vertente representada pela filosofia de tipo fundante tem corrido incansavelmente atrás da nova física, mas, além de constantemente esbarrar em aporias semelhantes àquela que foi aqui descrita no caso de Kant, não repercute de maneira efetiva na nova física. Os filósofos costumam dizer que Hume "condenou" a física ao fracasso e que Kant a "salvou". Na verdade, ela parece ter continuado sua evolução tranquilamente, à revelia destas filosofias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

<sup>10</sup> Vejam-se, p. ex., os recentes e difíceis problemas filosóficos levandados pela Mecânica Quântica.

- DESCARTES, R. (1641) *Meditações*. In: René Descartes (1979). Introd. de G-G. Granger, Prefácio e notas de G. Lebrun. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os Pensadores", pp. 73-144.
- JONES, W. T. (1975) *Kant and the Nineteenth Century. A History of Western Philosophy*. 2nd ed., revised.
- KANT, I. (1781) *Crítica da Razão Pura*. In: Kant, I. (1980) *Crítica da Razão Pura*. Trad. de V. Rohden e U. B. Moosburger. São Paulo, Abril Cultural, Col. "Os Pensadores".
- NIETZSCHE, F. (1873-4). *Considerações Extemporâneas*. In: Nietzsche, F. (1978). *Obras Incompletas*. Seleção de textos de G. Lebrun. Trad. e notas de R. Rodrigues Torres Filho. 2 ed., São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores.